

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	REGULAÇÃO FINANCEIRA E NOVAS TECNOLOGIAS								
DOCENTE	GABRIELA BORGES SILVA								
CÓDIGO	GRDDIRELE170	SEMESTRE	2021.2	PERÍODO	-	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA		Regulação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB). Atuação regulatória do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a respeito da coleta, da intermediação e da aplicação de recursos financeiros e de valores mobiliários, assim como a respeito do Sistema de Pagamentos Brasileiro. Regulação Prudencial e Sistêmica. Securitização de ativos. Crise financeira de 2007-2009. Arquitetura financeira internacional. Resolução (falência) de instituições financeiras. Fintechs. Estratégias e instrumentos para regular novas tecnologias financeiras.	
OBJETIVOS		<p>A disciplina tem por objetivo apresentar ao(à) aluno(a) conceitos teóricos, a função econômica e aspectos práticos da regulação aplicável às instituições financeiras e não financeiras que atuam no SFN. A partir da identificação das funções desempenhadas e dos principais atores do sistema financeiro, pretende-se explorar os desafios regulatórios e as repercussões jurídicas das inovações tecnológicas (<i>crowdfunding</i>, <i>robo-advisor</i>, <i>Inicial Coin Offering</i>, <i>Distributed Ledger Technology - DTL</i>, <i>fintechs</i>, <i>P2P lending</i>) na atividade bancária.</p> <p>As aulas serão dedicadas a apresentar características da atividade de intermediação financeira, analisar as estruturas de governança internacional e nacional, e tratar dos principais instrumentos e estratégias adotados pelos reguladores. O estudo dessas ferramentas regulatórias terá como referência os desenhos institucionais adotados no Brasil e procurará incorporar debates travados em outras jurisdições e em foros internacionais.</p> <p>Ao término do curso, espera-se que os(as) alunos(as) conheçam conceitos fundamentais para o funcionamento do mercado bancário e dos principais desafios regulatórios advindos do surgimento de novas tecnologias, compreendam os propósitos a justificar a intervenção estatal na atividade de intermediação financeira, saibam identificar problemas comuns a diversos países nesse campo e, também, peculiaridades do caso brasileiro, para que possam iniciar trajetórias profissionais ou pesquisas acadêmicas relacionadas ao sistema financeiro.</p>	
METODOLOGIA		A disciplina será ministrada com base no Método Socrático, incentivando a participação crítica dos alunos a partir de perguntas e debates.	
HABILIDADES	Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
		X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
		X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
		X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
			Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
			Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
			Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
			Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
		X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
			Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
		X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
			Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
		X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
			Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
			Outras:
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
AULA		TEMA	
1		Introdução. Apresentação do curso, da metodologia e dos critérios de avaliação.	
2		Por que regular bancos? Intermediação financeira. Falhas de mercado e fatores de instabilidade. Características da regulação do Sistema Financeiro Nacional - SFN. Regulação sistêmica e prudencial.	
3		“Too Big to Fail”? Crise financeira de 2007-2009. Arquitetura financeira internacional. História financeira. Acordos de	

	Basileia I, II e III. Instituições de Bretton Woods: Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Entidades quase públicas (FSB, BCBS, IOSCO, IADI, IAIS). Hard soft law.
4	Estrutura regulatória do Sistema Financeiro Nacional – SFN. Atuação regulatória do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a respeito da coleta, da intermediação e da aplicação de recursos financeiros e de valores mobiliários, como também a respeito do sistema de pagamentos processados no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro.
5	Os serviços bancários e as atividades privativas de instituições financeiras no Brasil. Tipologia das instituições financeiras no Brasil. Regime jurídico aplicável a instituições financeiras e às atividades típicas.
6	Por que os bancos securtizam ativos? Introdução à securtização. Os mecanismos padrão de uma securtização. Aspectos econômicos.
7	Regimes especiais de resolução das instituições financeiras. Justificativas. Principais características. Bailout e bail-in. Planos de recuperação e resolução. Padrões internacionais.
8	Processo administrativo sancionador no BCB e na CVM. O CRSFN. Papel do BCB e da CVM. Termo de Compromisso. Acordo Administrativo em Processo de Supervisão. Reformas produzidas pela Lei 13.506/2017. Circular 3.857/2017.
9	Sistema de pagamentos. Registro, compensação e liquidação de obrigações. Arranjos e instituições de pagamento.
10	O que são FinTechs e Bigtechs? Vantagens em relação aos participantes tradicionais do sistema financeiro.
11	Desafios regulatórios das inovações no setor financeiro: estabilidade do SFN, cybersegurança e proteção de dados.
12	Estratégias e instrumentos para regular novas tecnologias financeiras.
13	O papel dos bancos centrais na agenda regulatória: Open Banking e Sistema de Pagamentos Instantâneos (Pix).
14	Criptomoedas. Por que o Banco Central do Brasil (e outros) querem emitir sua moeda digital?
15	Dinâmica de grupo: debate sobre o caso Guibolso X Bradesco no CADE
16	Atividade avaliativa.
TRILHA	Advocacia Empresarial
	Carreiras Públicas
	X Regulação
	Justiça e Sociedade
	X Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	A avaliação do desempenho dos alunos será feita por meio das seguintes atividades avaliativas: (i) avaliação individual de dinâmica em grupo a ser realizada em aula, que valerá 20% da nota final, e (ii) uma prova escrita de 2 (duas) horas de duração, que valerá 80% da nota final.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	MIRAGEM, Bruno. Direito Bancário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. RAGAZZO, Carlos. Regulação de Meios de Pagamentos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. FINANCIAL STABILITY INSTITUTE. Fintech regulation: how to achieve a level playing field. Occasional Paper No 17. Disponível em: https://www.bis.org/fsi/fsipapers17.pdf
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	LIMA JUNIOR, J. M.. Introdução às instituições financeiras e sua regulação. In: PINHEIRO, Armando Castelar; PORTO, Antônio J. Maristrello; SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. (Org.). Direito e economia: diálogos. 1ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, v. 1, p. 253-288. SADDI, Jairo. Crise e Regulação Bancária: Navegando Mares Revoltos. São Paulo, Texto Novo, 2001. (trechos selecionados) PINHEIRO, Armando Castelar e SADDI, Jairo. Direito, economia e mercados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. (trechos selecionados) SALAMA, Bruno. De Onde Viemos. Revista Direito GV, São Paulo 5(2), pp. 325-342, Jul-Dez 2009. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v5n2/03.pdf NEVES, Rubia Carneiro. A caracterização do banco a partir da evolução da legislação brasileira. Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte, n. 73, pp. 701-735, jul./dez. 2018.